

Os canteiros de obras nas Minas Gerais Setecentistas: entre o comissionamento, a fábrica e o conhecimento que circula

The construction sites in 18th century Minas Gerais: between commissioning, the *fábrica* and the knowledge that circulates

Valéria Sávia Tomé França¹

RESUMO

Este estudo trata da temática dos canteiros de obras existentes em Minas Gerais no século XVIII e sua importância como locais de circulação de conhecimentos relativos ao mundo da construção e da ornamentação. Vila Rica e Mariana ao longo dos setecentos possuíam inúmeros canteiros ativos. Nos anos iniciais, foram obras relacionadas à construção e ornamentação de capelas e igrejas matrizes, construção de pontes, chafarizes e edifícios para abrigar o poder público. Depois disso, a disponibilidade de recursos e a variedade de comitentes manteve por todo o setecentos o mercado artístico bastante aquecido. Por esse ambiente circulou uma variedade de agentes que moldaram uma experiência própria, através da transposição de uma cultura arquitetônica portuguesa, mas que aqui foi adaptada com características distintas. Buscou-se analisar a oficina, o canteiro e a fábrica artístico-construtiva, a fim de compreender o complexo mundo da transmissão do conhecimento prático e intelectual dos setecentos e colocar potencialidades para seu estudo.

Palavras-chave: canteiros de obras; conhecimento; circulação

¹Historiadora, Especialista em História da Arte Sacra e atualmente Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo no Programa em Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU/UFMG), onde pesquisa as oficinas e a produção da pintura de forros de igrejas em Mariana e Vila Rica nos séculos XVIII e XIX. Durante o Doutorado foi Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Email de contato: valeriastf@gmail.com

ABSTRACT

This study deals with the theme of construction sites in Minas Gerais in the 18th century and their importance as places for the circulation of knowledge related to the world of construction and ornamentation. Vila Rica and Mariana throughout the 1700s had numerous active construction sites. In the early years, there were works related to the construction and decoration of chapels and parish churches, construction of bridges, fountains and buildings to house public authorities. After that, the availability of resources and the variety of investors kept the artistic market quite buoyant throughout the 1700s. A variety of agents circulated through this environment and shaped their own experience, through the transposition of a Portuguese architectural culture, but which was adapted here with different characteristics. We sought to analyze the workshop, the construction site and the artistic-constructive factory, in order to understand the complex world of transmission of practical and intellectual knowledge of the seventeenth century and to identify potential for its study.

Keywords: construction sites; knowledge; circulation

1. VILA RICA E MARIANA: PROCESSO DE OCUPAÇÃO E AS ESPECIFICIDADES DE UM MEIO EM FORMAÇÃO

Datam da última década do século XVIII o processo de ocupação na região que compreendia os arraiais de Vila Rica e do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Ergueram-se nesses locais, povoamentos que passaram a girar em torno da mineração, onde a quantidade produzida e o alto preço do metal precioso determinaram um intenso fluxo migratório para a região, que em poucos anos, transformou Minas Gerais na capitania mais populosa da Colônia. A notícia dos descobrimentos auríferos espalhou-se e arrastou grandes ondas migratórias não só da colônia, mas também de Portugal. Várias pessoas se deslocaram em função da mineração, reorganizando o espaço, dando surgimento a novos centros econômicos. Junto com isso, um processo crescente de urbanização e ocupação da terra.

Atraídos pela ilusão de riqueza fácil os homens que se instalaram em Minas Gerais, no momento inicial, eram marcados por um clima de insegurança e instabilidade. Pode-se dizer que o povoamento inicial resultou da convergência de toda série de aventureiros. Em meados do século XVIII, o padre jesuíta Antonil, um dos primeiros cronistas a informar sobre a situação da região das Minas, escreve:

(...) a cada ano vêm nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil, convento nem casa².

Esse inflacionamento populacional e a atividade mineradora foram responsáveis por condicionar ao processo de ocupação da região, uma série de especificidades que aglutinam ocupação do território, formação social e urbana, economia, cultura e religiosidade. Fernanda Borges de Moraes (2005) indica que esta intensa circulação de pessoas e mercadorias foi facilitada pelas redes de urbanização e pelo comércio, agentes de dinamização econômica e social. Para a autora, o acentuado processo de urbanização decorrente da atividade mineradora somado ao monopólio da Coroa, com vistas à proteção do ouro, possibilitou a abertura de vias urbanas, fenômeno que ampliou as jurisdições territoriais, como também abriu novos mercados consumidores.

O que distinguiu e conferiu um caráter especial a esse processo de urbanização foi, por um lado, o seu impacto na estrutura econômica e territorial da colônia, com o deslocamento do eixo econômico-administrativo para o centro-sul e o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna e das redes de urbanização, como propulsores da formação de uma civilização.³

2 ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1982, p.56.

3 MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. 2005. (Tese de doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, São Paulo, 2005, p. 165.

Ademais, e como salienta o pesquisador Aziz Pedrosa (2019)⁴, a plena expansão da atividade mineradora, a circulação de renda e pessoas no território foram substratos elementares para a promoção da cultura mineira e de um modo peculiar de estruturação da sociedade setecentista. Embora o modelo cultural fosse o português, típico do Antigo Regime, baseado na centralidade da Coroa e da Igreja Católica, com o mundo o trabalho se apoiando no sistema de escravização de populações africanas, Minas Gerais se constituiu numa especificidade muito própria.

Nesse contexto, vale ressaltar que a cultura artística e arquitetônica que vigorou em Minas Gerais no século XVIII foi resultado de diversos processos e agentes; onde a arquitetura teve um papel fundamental não apenas na regulação do espaço, mas como ordenador de uma cultura e de um modo de vida. Isso pode ser visualizado através de duas categorias de edificações, obras públicas e edificações religiosas. As obras financiadas pelo Estado demarcavam a presença do poder real e a institucionalização de um modo de governar, além de abrigar a complexa estrutura burocrática, fiscalização e manutenção da gestão do novo território. Por sua vez a capela, como elemento de organização e dinamização da cultura religiosa em vigor, demarcava a importância da vivência da fé católica para a vasta população.

Vila Rica e Mariana na primeira década do século XVIII, constituíam assim, núcleos urbanos intensamente ocupados, com ativa vida comercial, mercantil e trânsito de pessoas provenientes de todo o Império português. As demandas por serviços perpassavam desde aqueles relacionados à mineração, passando pelas atividades mantenedoras do cotidiano da sociedade, até ramos da construção, que abarcavam o civil e o religioso, já que as câmaras municipais e as irmandades religiosas possuíam disponibilidade de serviços e condições econômicas de financiar intenso mecenato artístico.

4 PEDROSA, Aziz José de Oliveira. A produção da talha joanina na Capitania de Minas Gerais: Retábulos, entalhadores e oficinas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019, p.81.

Em relação a construção civil e à ornamentação dos templos religiosos, que são os pontos que nos interessam para discussão aqui, Dangelo (2022) afirma que o modelo de edificar adotado em Minas Gerais, foi uma transposição da tradição construtiva da região norte de Portugal, ou seja, a adaptação na Colônia, de um modo de construir tipicamente português, que privilegiou a utilização de formas geométricas simples, como o quadrado e o retângulo, a planta retangular e o uso de materiais locais na construção. Ainda segundo este autor, os primeiros modelos arquitetônicos mineiros, como as capelas primitivas construídas até 1720, foram construções produzidas por construtores, mestres de obras, carpinteiros, canteiros e outros, que emigraram para Minas Gerais nos anos iniciais dos setecentos e aqui construíram uma tradição peculiar, de valorização do conhecimento transmitido de geração em geração e do canteiro de obras como unidade básica de local de trabalho.

Também é importante salientar que esses agentes que se transferiram para Minas Gerais, encontraram nesta Capitania um solo muito propício para a inventividade artística. Havia oferta de serviços, boas condições de mercado com recursos à disposição, sobretudo em função da arrefecida atividade mineradora; era um meio em nascimento com pouca ou nenhuma regulação em relação à prática dos ofícios. Se nas cidades portuguesas, como Lisboa ou Porto, as corporações e os órgãos reguladores mostravam extrema fiscalização e controle quanto ao exercício da profissão, no interior da Colônia, em locais como Vila Rica e Mariana, o controle e ativa presença do Estado, chegaria de modo institucionalizado com a elevação dos antigos arraiais em vilas, com instalação das câmaras municipais, o que só aconteceu a partir de 1709, quase uma década depois do início do espontâneo povoamento. Assim sendo, num local com essas características, a sociedade híbrida que aí se forma é mais sujeita a ser moldada com seus próprios

valores⁵, numa mescla entre a tradição portuguesa e aquela nascente em solo mineiro.

Compreender essa dinâmica é fundamental para analisar toda a produção arquitetônica e artística produzida em Minas Gerais e a importância do canteiro de obras como local de troca de conhecimentos, de valorização do trabalho manual, da formação de redes profissionais e formas de sociabilidade, estabelecidas entre comitentes, artistas e o mundo do trabalho artesanal nos setecentos mineiro.

2. O MUNDO DA CONSTRUÇÃO EXISTENTE EM PORTUGAL E SUA TRANSPOSIÇÃO PARA MINAS GERAIS

O mundo da construção existente em Portugal teve suas bases no ensino pela tradição familiar, sendo este transmitido de pai para o filho, do padrinho ao afilhado, ou mesmo numa relação entre um profissional experiente que transmitia o saber-fazer a um aprendiz mais jovem. Ao estudar a realidade portuguesa, Dangelo aponta que mesmo no século XVIII, num momento em que países estrangeiros como a Itália, já valorizam o ensino em academias de arte, em Portugal, muitos arquitetos, pedreiros e canteiros, aprenderam sua profissão com os pais ou outros familiares, dando, os primeiros passos profissionais sob a influência de tradições, que muitas vezes vinham de longo período de atuação em determinada profissão⁶.

Este binômio mestre-aprendiz sustentou as bases e modelos de ensino das corporações de ofício, como também imbuíu a tradição arquitetônica portuguesa

5 DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais no século XVIII: engenheiros, mestres de obras e arquitetos*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2022, p. 37.

6 DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres de obras e construtores e o trânsito de cultura na produção de arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas*. 2006. (Tese de doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 2014.

de conservadorismo. Além disso, dentro desse mundo, o local da prática laboral – a oficina do mestre ou o canteiro de obras – se tornaram as bases de um modo de edificar e tiveram um jeito ímpar de formar artífices da construção e da ornamentação. Exemplo disso, podemos citar obras como as do Mosteiro de São Vicente de Fora ou do Convento de Mafra, onde se formaram importantes carpinteiros, pedreiros e variados artífices, que começaram como simples pedreiros ou carpinteiros e que, aprendendo com o trabalho prático, as bases essenciais do ofício e as regras fundamentais da atividade construtiva, tornaram-se, através da excelência da sua prática, arquitetos de reconhecida competência⁷.

Em Portugal a formação das corporações de ofício remete ao período medieval e tem sua origem ligada às confrarias e agremiações religiosas que se organizam em torno de um santo patrono e possuíam um compromisso. Segundo o pesquisador Vítor Serrão eram organizações de classe que agrupavam os mesterais de determinado grupo de artífices, unidos por impulso de solidariedade e por razões de auxílio espiritual, financeiro, laboral⁸. A partir dessa organização e da constituição de uma *Bandeira*, criava-se um regimento, aprovado pelo rei, onde constava a normatização sobre a prática profissional, fiscalização, direitos, obrigações, taxação sobre os serviços, preço e admissão de novos profissionais. Dessa forma, as corporações, orientadas para a defesa comum dos seus membros, impunham a estes, em contrapartida, o cumprimento de normas rígidas de trabalho, reguladas pelos chamados <<regimentos>> - os quais fixavam às regras orientadoras do exercício de determinado mester, a cujo cumprimento ficavam subordinados todos quantos se acolhiam no seio da corporação. O regimento estabelecia às normas reguladoras da actividade mesteral propriamente dita, a nível do <<ofício mecânico>>, e definia a própria ascensão na escala hierárquica do mestre (aprendiz, oficial, mestre)⁹.

7 Idem, p. 215.

8 SERRÃO, Vítor. *A Pintura Maneirista em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: Ministério da Educação e das Universidades, 1991, p.133.

9 Idem.

As corporações de ofício ao se responsabilizarem pelo controle da qualidade de bens e serviços, regulavam também a entrada de novos oficiais. O indivíduo que pretendesse exercer um ofício deveria se sujeitar à aprendizagem de um mestre e, depois, realizar um exame perante um juiz. Após aprovação deste, consideradas as especificidades em relação à legislação de cada localidade, o agora oficial poderia requerer à Câmara Municipal sua carta de ofício, o que o autorizava a abrir estabelecimento e prestar serviços. Em Minas Gerais, ao longo do século XVIII esta foi a forma que prevaleceu em relação à regulação dos ofícios mecânicos, mas apartados dela estavam os pintores, considerados como artistas liberais.

Em Lisboa, data de 1572, a primeira reunião das normas relativas às corporações de Ofícios, intitulada *Livro dos Regimentos dos Officiaes mecânicos da mui nobre e sêpre Leal Cidade de Lisboa*. Nesses Regimentos, a pintura e a escultura apareciam listadas como ofícios mecânicos, e com isso tuteladas sob esta legislação. No entanto em Portugal, ao longo dos séculos XVII e XVIII, estes ofícios conseguiram uma autonomia funcional, aproximando-se das artes liberais. Na Capitania de Minas Gerais não existiram instituições para a aprendizagem dos ofícios, fosse ele relacionado à construção civil, talha ou pintura, sendo assim, independente da área de atuação, adquirir conhecimento profissional perpassava por dois pontos comuns, a informalidade e a formação pautada na prática do ofício.

Vindos de Portugal ou nascidos aqui e fazendo seu aprendizado profissional no decurso de obras de longa duração, formara-se lentamente, pela observação direta dos empreendimentos de maior envergadura que se iam executando, uma ponderável cultura técnica pela manutenção das melhores normas tradicionais lusitanas e seu progressivo enriquecimento pelas exigências e recursos da colônia¹⁰.

Esses homens, construtores, arrematantes e empreiteiros, emigrados de Portugal nos anos iniciais do século XVIII, foram os responsáveis pela implantação da primeira fase da arquitetura religiosa produzida na região de Vila Rica e Mariana, e ao redor deles se configurariam importantes oficinas de construção e de entalhe, bem como se formaram outras gerações de artífices da

10 NETO, Luis Camilo de Oliveira. “João Gomes Batista”. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 04, 1940, p.85.

construção civil e da ornamentação dos templos. Em Minas Gerais essa valorização do canteiro-de-obras como importante meio de prática do ofício, não seria diferente e na ausência de instituições para ensino formal dos ofícios mecânicos, estes seriam aprendidos através da relação entre mestre e aprendiz.

Tanto oficina quanto canteiro são os locais essenciais para a formação e a prática dos ofícios manuais no século XVIII em Minas Gerais. Francisco de Assis Rodrigues em seu *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*, resgata a etimologia do verbete que tem sua origem no latim, *opus* (obra) e *facio* (faço). O termo denomina uma casa localizada ao nível da rua, onde se executam trabalhos manuais e artesãos exercitam diversos ofícios¹¹. Dada a sua importância como local de trabalho, a oficina pode ser considerada uma extensão da casa para um mestre de ofício nos setecentos, uma vez que neste espaço ele passa muitas horas em atividade laboral. Richard Sennet (2009), ao tratar do mundo do trabalho, afirma que na Idade Média a oficina é a casa do artífice, além de residência das famílias que lhe são próximas; era pequena e não abrigava muitas pessoas. Embora exista a possibilidade de assimilação com o termo *fábrica*, que também possui o significado associado a algo que é produzido pela força do trabalho manual, oficina e fábrica são coisas distintas e a melhor associação para definir oficina está nas relações de poder que se estabelecem pela necessidade de produzir algo¹². De um lado está o mestre, cujas habilidades e conhecimento acumulado em torno de uma profissão atribuem-lhe o direito de mandar. Do outro, o aprendiz, que pela necessidade de adquirir um conhecimento fica em condição de aprendiz perante o mestre, que lhe é superior.

A oficina é também o local onde o mestre recebe os meninos a serem iniciados no aprendizado do ofício. Pela historiografia de arte brasileira do período colonial são raros os documentos que atestam sobre o processo de aprendizagem, mas existe um termo firmado em 1760 entre o pintor bracarense Manuel Rebelo e

11 RODRIGUES, Francisco de Assis. *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875, p. 272

12 SENNET, Richard. P. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Souza e Antônio Lopes de Araújo, pai de João Batista de Figueiredo, menino que ficou sob a tutela do mestre pintor MRS, e este ilustra as condições em que se dava o aprender do ofício.

Digo eu abaixo assinado que é verdade me ajustei com o Senhor Manoel Rebelo Souza e o Senhor Anastácio de Azevedo Correia Barros como artífice da arte de pintar ensinar- me um filho meu a dita arte por nome João por tempo de seis anos sendo eu obrigado a vesti-lo e calçá-lo e tudo o mais para ele se precisar pois só da parte dos mestres está ensiná-lo doutriná-lo e sustentá-lo; e dar [?] o caso que o rapaz falte por malícia sua fugindo ou induzindo [?] serei obrigado a buscá-lo entregá-lo aos ditos mestres até completar os ditos seis anos e aí serei obrigado a pagá-lhe por cada dia que faltar seis tostões cada dia as faço por minha livre vontade a contento de todos principalmente do mesmo rapaz o que a tudo me obrigo a satisfazer e cumprir e por verdade de tudo faço este de minha letra e sinal hoje. Mariana 12 de setembro de 1760. Antônio Lopez de Figueiredo.¹³

Este documento, que veio à tona nas pesquisas de Célio Macedo Alves na década de 1990, não apenas ilustra, mas comprova a existência de um formato de aprendizagem em relação ao ofício da pintura, nos moldes portugueses. A aprendizagem durava por aproximadamente seis anos, período em que o aprendiz iria residir com o mestre. Neste tempo, o pai era o responsável por mantê-lo, atendendo as suas necessidades básicas, como comer e vestir. Ao mestre cabia o ensino que deveria perpassar todo do conhecimento em relação à profissão, do mais simples ao mais complexo. Esta aprendizagem, se dava na oficina ou tenda do mestre, como também em obras externas. Neste caso, o aprendiz acompanhava seu mestre quando este ia trabalhar em outro local fora de sua oficina.

Dessa relação sabe-se que João Batista acompanhou Manoel Rebelo nas obras da igreja de Nossa Senhora do Rosário do Pretos do Alto da Cruz e na capela de Nossa Senhora da Conceição do Recolhimento de Macaúbas. O trabalho no Alto da Cruz, rendeu um questionamento judicial movido por João Batista contra Rebelo, onde o aprendiz aponta que seu mestre ajustou obra nessa igreja, mas colocou ele, João Batista, para trabalhar em seu lugar. JBF passa então a requerer

13 ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA – CASA DO PILAR, Ações cíveis. Códice 185, Auto 2535, 1º ofício, fl.30.

pagamento pelos serviços executados, mas MRS responde que este era apenas seu aprendiz e, portanto, o mestre não lhe devia coisa alguma¹⁴.

A prática de aprendizes, ajudantes e escravos acompanharem o mestre em trabalhos externos não era incomum, e há comprovação dessa prática também na documentação referente ao entalhador Francisco Vieira Servas. Num processo¹⁵ de Juízo Eclesiástico de cobrança de testamentaria, vários oficiais requerem pagamento por obras realizadas na Capela de Nossa Senhora da Oliveira, pelas quais não receberam nenhum valor. Entre esses, figura Servas, que trabalhou por cento e trinta dias em companhia de seu *moleque*, e trabalho pelo qual lhe deviam cento e oitenta e cinco oitavas de ouro.

Esses iniciantes na profissão e os escravos do mestre cuidavam daquele trabalho considerado o mais inferior na pirâmide laboral e exerciam atividades onde era indispensável o uso da força física e ainda outras, tais como preparo de tintas, construção de andaimes, corte e auxílio na preparação de madeiras. O trabalho mais braçal e mais pesado ficava a cargo de escravizados, porém o aprendiz também acompanhava essas etapas listadas acima. Se o aprendiz estava buscando expertise em determinado ofício, deveria, portanto, dominar todas as habilidades necessárias e etapas envolvidas na execução de uma obra.

Embora num primeiro momento o escravizado desempenhasse as atividades menos valorizadas, poderia ocorrer também dele se destacar e possuir habilidades significativas a ponto de o mestre investir em sua formação, para que trabalhasse para ele. É bastante conhecido por exemplo, dentro da oficina do entalhador Francisco Vieira Servas, o ex-escravizado José Angola que se tornou oficial de entalhador¹⁶. Dentro do mercado das artes e da construção no século XVIII mineiro, escravizados que possuíam essas habilidades e dominavam um

14 Idem, fl. 44.

15 ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA. Processo: 4456. Cobrança dos oficiais, pelo trabalho executado na Igreja de Nossa Senhora de Oliveira, fl. 48.

16 Essa informação é registrada no testamento do entalhador Francisco Vieira Servas. Mais sobre o assunto, conferir em: RAMOS, Adriano Reis (org.). *Francisco Vieira Servas e o ofício da escultura na Capitania das Minas do Ouro*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2002, pp. 57-73.

determinado ofício eram bastante valorizados, seja trabalhando para o seu proprietário, um mestre de ofício, ou mesmo, rendendo horas de trabalho a jornal, aquele executado por dia trabalhado e que contabiliza um média de dez horas laborais. Nesta segunda categoria, muito comumente o escravizado era propriedade de uma pessoa que não pertencia ao mundo dos ofícios, mas sabendo das demandas do mercado, lucrava com o conhecimento profissional de seu escravizado.

3. OS CANTEIROS DE OBRAS NAS MINAS GERAIS SETECENTISTAS

Se a oficina é a unidade essencial do trabalho de um mestre de ofício, o canteiro de obras, por sua vez, está relacionado com a instalação da oficina e sua estrutura, toda ou em parte, em uma obra externa. No mundo ocidental, a presença de canteiros de obras está ligada à produção e dinamização do espaço urbano e como aponta o historiador Sérgio Ferro (2010), foi pela construção dos muros das cidades e das catedrais, os meios pelos quais os canteiros se proliferam a partir do declínio do mundo do feudal. Construir implicava em cooperação e um trabalho que deveria ser conduzido por muitas mãos. No caso das catedrais, este pesquisador aponta que elas empregavam a cada ano, grupos constituídos de até 40 artesãos, onde praticamente todos estavam aptos à realização de qualquer serviço e conheciam as regras do *métier*, os “segredos” da construção¹⁷.

Essa característica do canteiro de obras como meio de aprendizagem e prática de trabalho coletivo foi uma forma basilar da constituição da cultura arquitetônica portuguesa. Durante o reinado de Dom João V, período em que Portugal se atualizou em relação à prática da arquitetura e das formas de decoração que vinham sendo praticadas nos principais centros estrangeiros como Itália e

17 FERRO, Sérgio. De Estrasburgo à Paris. IN: CONTIER, Felipe (org.) *A história da Arquitetura vista do canteiro: três aulas de Sérgio Ferro*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; GFAU, 2010, p.15-16

França, os canteiros, através das *obras reais*, financiadas pela Coroa Portuguesa possibilitaram uma nova perspectiva a antiga tradição construtiva portuguesa.

Exemplo muito importante desses novos tempos, tem-se as obras realizadas na Sé do Porto, entre 1717 e 1741, que alteraram profundamente a sua estrutura medieval e introduziram na cidade a nova linguagem arquitetônica e decorativa como a pintura de quadratura difundida pelo jesuíta Andrea Pozzo. Nesta obra, estudada por Joaquim Jaime Ferreira-Alves (2005) trabalharam pelo menos duas dezenas de artífices, naturais de Portugal e estrangeiros, como Nicolau Nassoni, cuja presença aparece documentada e foram responsáveis por importantes atualizações nas artes em Portugal¹⁸.

Na Capitania de Minas Gerais, ao longo de todo o século XVIII, Vila Rica e Mariana possuíam inúmeros canteiros de obras ativos. Nos anos iniciais, foram obras relacionadas à construção e ornamentação das capelas e igrejas matrizes, construção de pontes, chafarizes e edifícios para abrigar o poder público. Depois disso, a disponibilidade de recursos e a variedade de comitentes manteve por todo os setecentos o mercado artístico bastante aquecido. Entre 1710 e 1760, essas vilas se constituíram como verdadeiros canteiros a céu aberto, dada a variedade de obras em andamento. Mal se terminava uma, e uma outra já estava em andamento, ocasionando assim uma intensa circulação de artífices (Fig. 1).

De acordo com o pesquisador Fabiano Gomes da Silva o início da vida profissional de vários artífices no interior da Capitania de Minas Gerais se assemelhou muito. Este percurso passava pela formação de clientela com trabalhos para as câmaras municipais e clientes particulares, seguia com as encomendas para construção e ornamentação das igrejas matrizes e mais tarde atenderam às

18 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime. *Arquitectos/Riscadores, Artistas e Artífices* que trabalharam na Sé do Porto nas obras promovidas pelo Cabido durante a Sede Vacante de 1717 a 1741. IN: p.191. *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa - Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (org.). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 191.

demandas das capelas erigidas por irmandades e ordens terceiras que construíram templo próprio¹⁹.



Figura 1: *Nave*, Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Durante o século XVIII essa igreja passou por inúmeras obras de construção civil e decoração, transformando o templo num dos canteiros de obras mais importantes da vila. Fonte: Fotografia de Victor de Godoy

O processo de contratação de uma obra, fosse de arquitetura ou de ornamentação, passava primeiramente pela encomenda feita pelo comitente ao artífice. As principais categorias de encomendantes no século XVIII em Minas Gerais, são o Estado, através de Ordens Régias ou pelas contratações via Câmaras municipais; a Igreja Católica através de suas autoridades eclesiásticas esacerdotes e as confrarias religiosas, através dos seus confrades e irmãos leigos. Estes procediam a uma encomenda, e geralmente um mestre de ofício – carpinteiro, pedreiro, entalhador, pintor, ou outrem – apresentavam um *risco* ou *traça*, o desenho ou projeto a ser executado. A proposta poderia ser aceita de pronto ou se iniciavam sucessivas reuniões de adequação do que estava sendo proposto.

19 SILVA, Fabiano Gomes. Viver honradamente do trabalho no Brasil Colonial: Mercado, trabalho e trabalhadores livres em Mariana (1711-1750). Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 249.

Finalizada a fase de encomenda, iniciava-se a etapa de contratação dos serviços. Firmava-se um contrato ou ajuste, onde se estabeleciam todas as condições dos serviços a serem executados. O pesquisador Célio Macedo Alves, um dos pioneiros a estudar esta tipologia documental, afirma que pelo contrato registrado se dava o início da existência física da obra²⁰, uma vez que a partir deste instrumento, a obra saía do aspecto intangível de sua concepção pelo artífice e encomendante e chegava ao campo de sua materialidade, através das questões da prática da execução.

O contrato, enquanto instrumento jurídico, está associado à figura daquele que produz a obra, como também àqueles que financiam para que determinada obra venha a luz. Neste documento figuram as partes contratantes, as condições, prazos, formas de pagamento, obrigações de cada parte, os fiadores e as penalidades para caso de não cumprimento do acordo. O termo é redigido e registrado por um notário ou no *Livro de Termos* da irmandade contratante e segue assinado pelas partes envolvidas e testemunhas²¹.

Este modelo, que em Portugal se configurava como uma escritura pública, foi o mais utilizado também nas colônias para reger a construção e decoração dos templos religiosos. Estes poderiam ser firmados sempre entre o artífice e a mesa administrativa da irmandade de leigos que estava encomendando a obra, ou ainda entre artífice e *irmandade fabriqueira*, neste caso a confraria do Santíssimo Sacramento, responsável dentro sistema do Padroado Régio pela execução de obras importantes dentro da capela-mor das igrejas matrizes.

20 ALVES, Célio Macedo. *Artistas e irmãos: o fazer artístico no ciclo do ouro mineiro*. 1997, (Dissertação de Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 21.

21 Idem, p. 28.

4. A *FÁBRICA* ARTÍSTICO-CONSTRUTIVA NOS CANTEIROS E O CONHECIMENTO QUE CIRCULA

No período colonial o termo *fábrica* e suas variações aparecem com bastante frequência na documentação primária. O pesquisador Rodrigo Bastos (2016) compreende a *fábrica artístico-construtiva* como o conjunto de agentes, procedimentos e preceitos que orientavam a coordenação administrativa, a regulamentação e a prática dos ofícios. Importante salientar que o termo não se refere a uma instituição, mas a todo um conjunto de costumes, hábitos e características do mundo da construção civil e da ornamentação no século XVIII²².

Também é bastante comum a utilização do termo *homem de fábrica*, que indica aquele indivíduo detentor do conhecimento inerente à prática do ofício a ser realizado, e da mesma forma os meios para realizá-lo. Ser um *homem de fábrica*, significa, portanto, ser um mestre de ofício ou empreiteiro de renome, possuir oficiais, aprendizes, escravos, ferramentas, ser bem relacionado profissionalmente e ter camaradas e sócios que possam atuar como seus fiadores.

Na primeira metade do século XVIII foram exemplos desses homens, carpinteiros como Antônio Francisco Pombal, Manuel Francisco Lisboa e Antônio Coelho da Fonseca, estes mestres atuantes na construção civil estiverem ligados a importantes obras públicas e privadas no interior da Capitania. Segundo Fabiano Silva, foram indivíduos decisivos nos anos iniciais de uma cultura construtiva mineira, uma vez atuaram diretamente na adequação de materiais, técnicas, riscos de arquitetura, bem como formaram equipes de trabalhadores e movimentaram grandes quantias financeiras em seus negócios²³.

22 BASTOS, Rodrigo Almeida. A fábrica artístico construtiva em Minas Gerais no século XVIII: preceitos, agentes e procedimentos dedicados ao decoro das povoações. IN: PEREIRA, Carlos Alberto; TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro *et all.* *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016, p.63.

23 SILVA, Fabiano Gomes. Viver honradamente do trabalho no Brasil Colonial: Mercado, trabalho e trabalhadores livres em Mariana (1711-1750). Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 251.

A primeira parte da escalada profissional desses *homens de fábrica* foi a entrada no mercado, em obras de grande vulto. Fonseca se iniciou nas obras públicas em 1721-1723 com a arrematação junto à Câmara de Vila Rica, das calçadas da vila. Na mesma década Antônio Francisco Pombal pegou para si a execução do campanário da Casa de Câmara²⁴ e Cadeia e Manuel Francisco, em 1727 arremataria uma série de obras com a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, as quais seriam constantes até a década de 1740²⁵. Esses dois irmãos chegaram ainda a ocupar o cargo de Juiz de Ofício na Câmara de Vila Rica, posição que denotava expertise profissional e influência social. Cumprida esta fase e trabalhando para o Estado, Igreja e irmandades, os três fizeram nome e se inseriram em grandes redes mercantis e de camaradagem.

Ser bem relacionado social e profissionalmente, ser irmão de irmandades de elite, possuir fábrica e ter crédito na praça eram característica essenciais e meios pelos quais esses homens souberam se valer para crescer no mundo da construção setecentista. Notória foi a ascensão de alguns, que alguns deles chegaram a possuir o monopólio de sua área de atuação em determinados períodos. Em estudo conduzido por Pereira, Alfagali e Silva (2015), estes pesquisadores apontam que seis construtores dominaram o mercado construtor em Mariana entre 1750 e 1816 e a soma das arrematações por eles foi de 92 obras, distribuídas da seguinte forma: José Pereira Arouca, 28 obras; João Miguel Ferreira, 19; João de Caldas Bacelar, 15; Cosme Fernandes Guimarães, 16 e Francisco Alves Quinta, 14 obras arrematadas²⁶ (Fig. 2).

24 Idem, p. 249,

25 MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974, tomo 1, p. 286

26 PEREIRA, Carlos Alberto; ALFAGALI, Crislayne G. M; SILVA, Fabiano Gomes da. Os trabalhadores coloniais na Comarca de Vila Rica. IN: PEREIRA, Carlos Alberto; TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro et all. *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016, p.109.



Figura 2: Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo e Casa de Câmara e Cadeia, Mariana, MG. Três importantes edificações que mobilizaram vastos canteiros de obras ao longo do século XVIII Fonte: Disponível em <https://www.hojeemdia.com.br/minas/predio-tombado-da-camara-de-mariana-sera-restaurado-e-ampliado-1.80925>

Um canteiro de obras no século XVIII é o *locus* por excelência do conhecimento profissional relativo aos ofícios da construção civil e da ornamentação em circulação. Por uma obra, seja ela pública ou privada transitam inúmeros agentes que serão os responsáveis pela circulação de diversos níveis de conhecimento, daquele mais operativo ligado à prática laboral ao mais intelectual, relacionado à presença e utilização de gravuras, livros e tratados. São pelos menos três categorias de agentes, que independente da tipologia da obra, estarão sempre presentes. Trata-se dos comitentes; dos artífices e empreiteiros e dos trabalhadores.

Entre os comitentes, também chamados de encomendantes, figuram aqueles que financiam a realização de uma obra. São pessoas da elite social, funcionários da Coroa e da Igreja Católica, ou suas respectivas instituições, e ainda particulares que fizeram fortuna em alguma atividade como mineração, comércio, dentre outras. Ela abarca a população letrada, que possui acesso a livros e manuais, conhecem gravuras e transitam entre Coroa e Metrópole. Nessas viagens possuem acesso ao que de mais moderno está sendo construído e realizado na Corte; e é importante lembrar que volta à Colônia, muitos atuarão nas mesas administrativas de irmandades e ordens terceiras. Figuram aqui nomes como Cláudio Manoel da

Costa, que sai de Minas Gerais para estudar Cânones na Universidade de Coimbra e na volta é empossado em 1753 como almotacé na Câmara de Mariana e em 1758 como Terceiro Vereador da Câmara de Vila Rica; além de atuar como Procurador da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência na mesma vila²⁷. Outro nome importante foi o reinol português Pascoal da Silva Guimarães, tido pela historiografia como um dos mineradores mais importantes de Vila Rica na primeira metade do século XVIII. Este fez fortuna como comerciante e minerador, além de ser irmão Procurador da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Rica em 1712²⁸, igreja onde contribuiu com vultuosas quantias.

No grupo dos artífices onde se encontram os mestres de ofício, podemos pontuar também os empreiteiros. Estes, muito deles, tidos como *homens de fábrica*, possuem uma característica bem interessante, dominam o trabalho manual, área onde a prática e a excelência laboral fizeram deles, mestres. Além disso, uma grande parcela deles é letrada, tem acesso a manuais de construção, de ornamentação, de representação e desenham. Dominam a matemática euclidiana e a geometria. Conseguem ver o desenho e transpô-lo para o suporte, seja a planta de um edifício, um retábulo ou um teto. Muitos desses que emigraram para Minas Gerais nas décadas iniciais do século XVIII, além de atuaram diretamente na formação de uma cultura artística e arquitetônica, formaram oficiais e aprendizes, onde boa parcela chegou a constituir oficina própria. Nomes como José Pereira Arouca, Francisco de Lima Cerqueira, Francisco Xavier de Brito, José Coelho de Noronha, Manoel Rebelo e Souza, Manoel da Costa Ataíde e outros, se inscreveram através das muitas obras que trabalharam ou empreitaram, entre os notáveis de suas respectivas áreas de atuação: arquitetura, talha e pintura.

Os trabalhadores livres, apesar de ocuparem um dos níveis mais baixos da hierarquia laboral do século XVIII e viverem dos rendimentos de sua jornada de trabalho, possuem também sua importância. Estes, muitas vezes devido à

27 SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manoel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp.222-224.

28 ARQUIVO ECLESIASTICO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO PILAR. Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, código 0215, fl.82

itinerância de seu trabalho, circulam por muitas obras num curto espaço de tempo e com isso, podem adaptar um determinado tipo de conhecimento. Fato não incomum, entre esses, são aqueles que possuem mais de um ofício. Atuam, a depender das demandas de trabalho, ora como pintor, ora como entalhador, ora como riscador de arquitetura. Tal fluidez, do ponto de vista do conhecimento que circula, é muito importante, pois permite adaptações e reinvenções nessas áreas profissionais de intersecção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado aqui objetivou problematizar uma área ampla e ainda com várias lacunas a serem tratadas. Os pontos citados ao longo do texto são imprescindíveis para a compreensão do mundo dos ofícios no século XVIII em Minas Gerais. Nas últimas duas décadas muitos estudos contribuíram para o estudo dessa temática e outros, atualmente em condução, também vem contribuindo. Resta ao investigador de História da Arte e da Arquitetura que estuda o período, rever documentos, nomes e proceder a análises utilizando-se das novas metodologias e abordagens. A seara é extensa, cabe a estes, não desistir.

Recebido em: 28/11/23 – Aceito em: 28/01/24

REFERÊNCIAS

- ALVES, Célio Macedo. *Artistas e irmãos: o fazer artístico no ciclo do ouro mineiro*. (Dissertação de Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1982.

ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. *Os Artífices do sagrado e a arte religiosa nas Minas Setecentistas: trabalho e vida cotidiana*. Belo Horizonte. C/Arte, 2013.

BASTOS, Rodrigo Almeida. A fábrica artístico construtiva em Minas Gerais no século XVIII: preceitos, agentes e procedimentos dedicados ao decoro das povoações. IN: PEREIRA, Carlos Alberto; TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro et all. *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016, p.63.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A Cultura Arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: Arquitetos, Mestres de Obras e Construtores e o trânsito de cultura na produção da Arquitetura Religiosa nas Minas Gerais Setecentistas*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais no século XVIII: engenheiros, mestres de obras e arquitetos*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2022.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime. Arquitectos/Riscadores, Artistas e Artífices que trabalharam na Sé do Porto nas obras promovidas pelo Cabido durante a Sede Vacante de 1717 a 1741. IN: p.191. *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa - Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (org.). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 191.

FERRO, Sérgio. De Estrasburgo à Paris. IN: CONTIER, Felipe (org.) *A história da Arquitetura vista do canteiro: três aulas de Sérgio Ferro*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; GFAU, 2010, p.15-16

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974, tomo 1.

MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. 2005. (Tese de doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, São Paulo, 2005.

NETO, Luis Camilo de Oliveira. “João Gomes Batista”. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 04, 1940.

PEDROSA, Aziz José de Oliveira. *A produção da talha joanina na Capitania de Minas Gerais: Retábulos, entalhadores e oficinas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

PEREIRA, Carlos Alberto; ALFAGALI, Crislayne G. M; SILVA, Fabiano Gomes da. Os trabalhadores coloniais na Comarca de Vila Rica. IN: PEREIRA, Carlos Alberto; TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro et all. *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.

RAMOS, Adriano Reis (org.). *Francisco Vieira Servas e o ofício da escultura na Capitania das Minas do Ouro*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2002.

RODRIGUES, Francisco de Assis. *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

RUGENDAS, Johann M. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998, p.75.

SENNET, Richard. P. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SERRÃO, Vítor. *A Pintura Maneirista em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: Ministério da Educação e das Universidades, 1991.

SILVA, Fabiano Gomes. *Viver honradamente do trabalho no Brasil Colonial: Mercado, trabalho e trabalhadores livres em Mariana (1711-1750)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manoel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letas, 2011.